

ESTADO, O MERCADO E A REPRODUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Reflexões sobre Estudos com o Professor Deák

Notas de Aula Sobre o Estado, o Mercado e a Reprodução Social Brasileira: Reflexões sobre Estudos com o Professor Deák

Luiz F. L. M. Brandão¹

Resumo

O presente texto compila notas de aulas, realizadas entre os anos de 2011 e 2013, quando o autor cursou na pós-graduação da FAU/USP e, seguidamente, acompanhou como ouvinte a disciplina: “AUP 840 O mercado e o Estado na organização da produção capitalista – o caso do Brasil: acumulação entravada”. Ao longo do texto, elencam-se alguns temas, surgidos a partir de textos e aulas produzidos pelo Professor Csaba Deák (um dos responsáveis pela disciplina em questão). Buscou-se destacar as principais considerações teóricas desenvolvidas por Deák, ao longo de seus trabalhos acadêmicos, e refletir sobre como tais considerações se apresentavam e se aprofundavam durante as aulas por ele ministradas. Ao final, são feitas algumas provocações, e sugeridos alguns tópicos para a continuidade dos debates – tanto dentro da disciplina AUP 840, quanto em vindouros textos produzidos por pesquisadores que abordam teoria da *acumulação entravada*.

Palavras-chave: Estado; mercado; acumulação entravada; Csaba Deák.

1- Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Federal da Alagoas (UFAL); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Instituição; Aluno de doutorado da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) – e-mail: luizbrandao83@gmail.com

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo compilar notas de aula e reflexões acerca da disciplina: “AUP 840 O mercado e o Estado na organização da produção capitalista – o caso do Brasil: acumulação entravada”. Esta disciplina é ministrada pelos professores Csaba Deák, Nuno Fonseca e Sueli Schiffer na Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). As notas aqui apresentadas foram feitas entre os anos de 2011 e 2013, quando, primeiramente, o autor cursou a disciplina e, seguidas vezes, a acompanhou como ouvinte.

O trabalho se justifica pela necessidade, observada ao longo dos anos, de se destacar algumas particularidades da teoria da *acumulação entravada*, formulada por Deák. Tais pontos aparecem em sua produção acadêmica, mas – mediante ao acompanhamento contínuo da disciplina em referência – percebeu-se que eles ganhavam maior clareza quando eram debatidos em sala de aula, entre alunos e professores.

De acordo com sua ementa, a disciplina AUP 840 se propõe a discorrer sobre [...]:

[...] os fundamentos da organização espacial da produção em economias capitalistas, em que a regulação da produção se dá por uma combinação antagônica das 'leis' do mercado e da intervenção do Estado, sendo postulada a primazia do primeiro sobre o segundo. Procede a uma interpretação da sociedade brasileira, de elite como distinta de burguesa, e de sua base de sustentação na acumulação entravada. Uma periodização da história do país desemboca no impasse atual da sociedade, visto como proveniente da crise da acumulação entravada. Aborda as implicações das peculiaridades da sociedade de elite sobre a organização espacial e as políticas urbanas (DEÁK, SCHIFFER, FONSECA, 2014).

Os anos de participação na disciplina, e nos debates por ela promovidos, levaram-me a crer que – tanto pelos elementos elencados em seu título, quanto pelos complementos de sua ementa – ela tradicionalmente atrai profissionais ligados à órgãos públicos de planejamento, ativistas que participam de movimentos sociais, e acadêmicos com interesse nas questões urbanas em busca de ferramentas para a construção de críticas ao mercado mobiliário, e de subsídios teóricos para sua atuação profissional e política. Ao observar que certas expectativas dessa natureza eram frustradas no decorrer das discussões em sala, mas que também reflexões inesperadas eram produzidas ao longo das mesmas, fui levado a crer que seria interessante produzir este relato, com apontamentos feitos a partir de minha experiência como aluno.

Um breve (e pedante) preâmbulo

Acabo de finalizar minha leitura da última (ou, pelo menos, da mais recente) versão de *À Busca das Categorias da Produção do Espaço*¹ – mais especificamente do denso capítulo sexto, que tanto tem suscitado discussões entre nossa *turma das segundas*. Para mim, é impossível ler essas páginas e não remontar imediatamente ao início da minha experiência na USP, ao me tornar aluno, e mais tarde orientando, do Professor Csaba Deák. Mesmo diante do risco dessa autorreferência soar pedante, realizo-a sob a esperança de que talvez ela leve à identificação com outros colegas, que também estão imersos nos estudos da dialética entre Estado e mercado, e que, como eu, ainda têm um grande terreno a ser desbravado diante de si.

Graduei-me em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas. Desde cedo, a pesquisa sobre a produção do espaço era a área de atuação que mais me atraía. Sendo assim, tão logo terminei o curso, iniciei um mestrado na mesma escola, adotando o estudo da conflitualidade social como tema de dissertação. Já nessa época, por recomendação do meu então orientador, Professor Flávio de Souza, tive meus primeiros contatos com textos produzidos pelo Csaba, como: “O Mercado e o Estado na Organização Espacial da Produção Capitalista²”, publicado na saudosa Espaço e Debates.

Naquele momento – como tantas vezes comentaria com o Csaba ao longo dos anos – esse texto acabou sendo lido e processado junto a tantos outros que compõem a “apostila básica” do estudante de urbanismo no Brasil. Teoria da renda, espaço intraurbano, participação social, mercado imobiliário, e uma série de outros conceitos correntes na agenda contemporânea dos estudos sobre planejamento, misturaram-se às ideias do Csaba, compondo o “balaio de gatos” que costuma ser a cabeça de um pesquisador no início de sua formação.

Terminado o mestrado – um pouco antes disso, em verdade – mudei-me para São Paulo. Movido pelo desejo de cursar o doutorado na FAU/USP, encontrei na grade de oferta da pós-graduação a disciplina de nome semelhante ao do texto que havia lido (e gostado, sem entender completamente) anos antes em Maceió. Ministrada pelo Csaba, em conjunto com a Professora Sueli Schiffer e o Professor Nuno Fonseca, a AUP 840 (como costumeiramente a chamamos) foi minha porta de entrada para o doutorado, e o ponto de partida dos meus estudos na FAU/USP.

Foi lidando pessoalmente com o Csaba, e assistindo às suas aulas, que pude finalmente entender que a concepção teórica dele não se somava, mas – pelo contrário – ia

¹ Deák (2016).

² Deák (1989).

frontalmente de encontro às temáticas postas em pauta pela *intelligentzia* do urbanismo brasileiro. Ao me matricular em uma disciplina que tratava essencialmente dos antagonismos entre Estado e mercado, imaginei que o conflito social (meu tema de estudos, até então) teria ali um papel de protagonismo. Como explano a seguir, esse foi uma posição que acabou sendo revista.

Sobre a reprodução, os conflitos sociais, Marx, e os estágios de desenvolvimento

Defendendo o imperativo da *reprodução social* (conceito desenvolvido também por Althusser³), Deák debate em suas aulas – como o faz no livro – que os conflitos entre os diferentes grupos operam em limites estabelecidos pelo andamento das forças produtivas. Dentro dessa interpretação, o papel das classes se torna secundário para a produção do espaço. Reconhece-se que as composições de diferentes forças sociais – que a tradição marxista tende a chamar de “classes” – atuam na produção do espaço; todavia, para Deák, é a *reprodução social* a instância em que se define o resultado dos embates pelo poder.

No Capitalismo certamente as classes possuem um papel, na medida em que surgem da divisão do trabalho, existente no cerne da produção de mercadorias. O conflito social – sendo possível arriscar que exclusivamente ele – é quem define o nível de reprodução da força de trabalho, necessário à continuidade da expansão da forma mercadoria (primazia da formação social capitalista). O que Deák procura é desfazer a confusão, geralmente estabelecida, entre o que são reivindicações necessárias ao aumento da produtividade do trabalho inerente à acumulação, que acabam acatadas e incorporadas à reprodução social, e o que seriam os tais “ganhos sociais”, advindos dos conflitos.

Quando o conflito é exitoso para quem o deflagra, (ao menos) na maior parte de suas reivindicações, ele costuma ser festejado como uma “vitória” ou “conquista” da classe e/ou composição de forças que o promoveu. Reforça-se, na ótica de Deák, a noção de que os chamados “ganhos sociais” derivados da conflitualidade surgem a partir das reivindicações, mas são definidos – em última instância – pelo desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja: as “vitórias”, de qualquer composição de forças sociais, só ocorrem na medida em que atendem ao interesse da reprodução social – leia-se, para o capitalismo: a expansão autômata da *forma mercadoria* em seus diferentes estágios predominantes.

Posto isso, é inevitável a frustração de boa parte dos alunos que se matriculam na AUP 840, buscando bases teóricas para a realização de trabalhos sobre o “papel do mercado imobiliário”, a “participação social no planejamento” ou (nas construções

³ Althusser, 1971.

mais precárias) as “vitórias recentes do planejamento brasileiro” – para citar alguns temas recorrentes. A possibilidade de superação das contradições do capitalismo mediante mera abordagem reformista é inteiramente descartada por Deák. Aos pesquisadores mais consistentes, que debatem as ideias do Professor Deák, e que discordam do imperativo da *reprodução social*, cabem duas alternativas: melhorar seus argumentos ou rever suas posições.

Ocorre que a tendência ao “denuncismo” das vilanias do mercado, e a necessidade (prepotente) de tornar o arquiteto e urbanista um protagonista na produção do espaço levam os pesquisadores – tanto aqueles em formação, quanto muitos dos já consagrados – a adotarem uma crítica condicionada. Leia-se: um entendimento dos processos em que tomamos parte direcionado pelo desejo de alterá-los. Para tal, invariavelmente, ignoram-se quaisquer elementos que conduzam ao “pessimismo”, ou à impossibilidade de transformação social mediante mera reforma. Gera-se, assim, uma crítica parcial, que tapeia os elementos do processo que eventualmente conduzam a conclusões inconvenientes ao protagonismo que se deseja imputar ao “sujeito crítico”.

Um dos exemplos dessa postura, combatida por Deák, é a deificação do “urbano”. Do (deificado) Milton Santos, ao (unânime) Henri Lefebvre, inúmeros livros são escritos sobre a “urbanidade”, o “Direito à cidade”, a “vida urbana”, etc. Apesar de ser Húngaro – ou justamente por isso – Deák toma a postura do alagoano Graciliano Ramos, para quem existiam: “[...] volumes que caberiam em um parágrafo”. Entendendo a urbanização como a criação de condições físicas para a reprodução do trabalho assalariado, e frisando, por consequência, que no capitalismo todo espaço tende a ser urbano, é limpo o terreno para que possamos dar foco aos estágios de desenvolvimento e ao processo de reprodução social, como determinantes da produção do espaço.

Este último aspecto, levanta outro ponto de destaque na leitura de *À Busca das Categorias da Produção do Espaço*: a abordagem de Marx. Se o urbano vem gerando uma quantidade de trabalhos que o transformam quase em um campo específico do conhecimento, há muito isso já pode ser dito sobre o marxismo. Chegando aos dias de hoje, todo tipo de coisa já foi dita sob a chancela da Marx. Do marxismo reformista de Poulantzas (em sua segunda fase, pós-althusseriana), ao marxismo de resumos para geógrafos e arquitetos preguiçosos de David Harvey, passando pelos autores que adotaram Marx em um momento, e já o abandonaram por completo em troca das conveniências do fisiologismo, como Castells, é praticamente impossível delinear o que é marxismo nos dias de hoje.

Deák em nenhum momento propõe tal debate, ou reivindica a alcunha marxista. Todavia, ao retomar a deixa feita em 1923 por Lukács, para quem “[...] ortodoxia no marxismo hoje se limita a uma questão de método”, ele faz o que raramente se faz na

contemporaneidade: levar Marx a sério. Isso implica em deixar claras suas discordâncias e assumir, sem concessões, o que a tomada de posição crítica provoca.

Dentre as críticas à Marx, duas delas se destacam. Primeiramente vem a crítica formal à Teoria da Renda. Trata-se de uma oposição que não se faz sem certa coragem, haja vista que a quase totalidade dos estudos marxistas sobre o preço do solo urbano se baseiam no entendimento do preço como forma capitalizada da renda paga pelo uso da terra. Derivam desse dogma alguns métodos de modelagem (a maioria ainda se baseia em teoria neoclássicas) e, nos piores casos, expressões absurdas como “recuperação da mais valia fundiária”. Como se calcula a mais-valia da terra – que não é produzida por trabalho – ninguém explica, tampouco como ela é recuperada...

Destacando a renda como uma relação social – sendo, portanto, algo impossível de ser incorporado ao cálculo do preço da terra – Deák expõe a inviabilidade de se produzir terra pelo trabalho, sendo, portanto, inconcebível tratá-la como mercadoria. Oferece-se, então, o desafio de entender seu preço como um dos componentes do custo de produção, variando de acordo com sua localização no espaço urbano. Sendo a produção de infraestruturas um papel do Estado, conclui-se – contrariamente ao que os teóricos fundamentados na Teoria da Renda preconizam – que é a ação dele (do Estado), e não a do mercado, quem define, em última instância, o preço da terra.

A segunda crítica à Marx – remetente ao início desse texto – está no papel do conflito de classes na produção do espaço. Na primeira frase do *Manifesto*, escrito conjuntamente com Engels, enuncia-se: “A história do mundo, é a história da luta de classes”. Em tempo, vale lembrar que, em seus trabalhos teóricos, pouco foi escrito por Marx sobre seu entendimento epistemológico a respeito das classes. Mais precisamente, um curto e incompleto texto, publicado de forma póstuma no compêndio editado por Engels, como o 3º volume de *O Capital*.

Em contraponto à frase que dá início ao *Manifesto*, outro aspecto da abordagem marxista é destacado por Deák: o andamento da produção como determinante da ação do Estado. A frase de Marx em carta à Kugelmann, frisada por Althusser⁴ [em seu conjunto de notas *Sobre a Reprodução*] em que se enuncia “Até uma criança é capaz de perceber que qualquer sociedade que produza e não reproduza não duraria um ano”, permeia o pensamento de Deák. Dando ênfase à celebre passagem marxiana contida no *Prefácio de Contribuição para a Crítica da Economia Política*⁵, na qual se enuncia que o desenvolvimento de cada sociedade ocorre até o esgotamento de suas forças produtivas, Deák enfatiza o andamento inexorável da reprodução ampliada do capital e o inevitável estágio de esgotamento desse processo.

⁴ Althusser (1970).

⁵ Marx (1857, ed. 2003).

Nesse ponto, a contribuição de Aglietta⁶, com sua periodização do capitalismo, soma-se a esta abordagem. Ao assumir como elemento de transformação a predominância da expansão da forma mercadoria com base no assalariamento (estágio extensivo), ou com base no incremento da produtividade (estágio intensivo), uma série de outras formas de se explicar o desenvolvimento dos países capitalistas ficam pelo caminho. São descartadas, por exemplo, as concepções clássicas (que periodizam o capitalismo em estágios como “concorrencial”, “monopolista”, “de Estado”, etc.) ideias mais recentes como a de “ciclos do capital” (de Arrighi), ou de “acumulação flexível” (Harvey).

Retomando a questão dos “ganhos sociais” do capitalismo, observados, sobretudo, nos chamados países capitalistas centrais, percebemos, pela periodização de Aglietta, que a necessidade de incremento da produtividade, em virtude da impossibilidade de se prosseguir a acumulação, mediante a simples incorporação de mão de obra, foi o que levou à formação do chamado *welfare state*. Em verdade, com a interpretação de Deák, percebe-se que a atuação do estado na melhoria das condições de vida da população – leia-se: elevação do nível de reprodução da força de trabalho – vinha ocorrendo desde o século XIX, quando foi completado o processo de assalariamento nos países hoje chamados “desenvolvidos”.

A interrupção desse processo por duas guerras mundiais por hegemonia, e a polarização ideológica no pós-guerra, acabaram tornando predominante a visão de que o *welfare state* surgiu como uma resposta capitalista ao bloco oriental da cortina de ferro. Sob a ótica de Deák, esta explicação auxilia na construção de um retrospecto da produção ideológica, mas não é suficiente para a elaboração de uma teoria sobre a evolução do capitalismo no século XX.

Vale a ressalva de que a periodização proposta por Aglietta é cabível no contexto do capitalismo desenvolvido. Casos como o brasileiro recebem atenção especial de Deák, que propõe uma matriz explicativa para nosso país: *a acumulação entravada*. Tema sobre o qual dedicaremos um espaço específico no presente texto.

Sobre o Estado, o Brasil, e o papel do sujeito crítico

“O objetivo de estudar a economia é aprender a não ser enganado pelos economistas”

Joan Robinson (1903-1983) – Economista keynesiana

Trato agora do meu entendimento da principal teoria do professor Deák, relativa ao estudo da sociedade brasileira: a acumulação entravada. Novamente, recorro ao

⁶ Aglietta (1976).

pedantismo da autorreferência, escrevendo algumas linhas sobre minha formação, para explicar o impacto da interpretação da acumulação entravada no entendimento da reprodução social no Brasil.

Como estudante alagoano, desde cedo entrei em contato com as teorias que tratam as chamadas “desigualdades regionais” como um problema central no desenvolvimento do país. Destacam-se, entre as “vacas sagradas” que se consagraram tratando a temática, o também nordestino Celso Furtado. Neste último em particular, a chamada questão regional – a discrepância de desenvolvimento das forças produtivas e das infraestruturas existentes entre as regiões do Brasil – aparece sob a matriz explicativa de elementos como o patrimonialismo, o coronelismo, e – numa redundância epistemológica – do regionalismo.

Assim, a força política das elites agrárias locais, o poder de lobby dos interesses econômicos predominantes no eixo sul/sudeste, e a influência das nações hegemônicas sobre a economia brasileira surgem como elementos fundamentais na explicação da heterogeneidade brasileira. Essa abordagem, denominada pelo próprio Furtado de estruturalista – a despeito de nada ter a ver com o estruturalismo econômico consagrado na França – trata ações de determinados grupos de interesse como determinantes na produção do espaço (válido dizer que o tema e o termo “espaço” não são correntes na obra de Furtado).

Em consonância com seu ponto de vista sobre classes (vide o explanado anteriormente), Deák coloca a forma pela que se originou o estado brasileiro, e a sociedade que ele se organizou para reproduzir, como a matriz explicativa dos nossos entraves econômicos. Sendo o Brasil uma sociedade: a) fundada a partir de uma economia colonial; b) que não produziu uma ruptura efetiva com a Metrópole em sua Independência; c) e substituiu que o que era expatriado de seu excedente como remessa à Coroa por pagamento dos juros e amortização de uma dívida (inicialmente com a Inglaterra) – o país acabou organizando sob um estado montado não para expandir desimpedidamente a forma mercadoria (como ocorre nas sociedades burguesas), mas justamente para reimpor os entraves que o caracterizaram desde seu período colonial – do qual ele nunca se desprende.

A forma pela qual o Estado – em particular o Estado brasileiro – atua na reprodução da sociedade é um frequente ponto de discussão nas aulas ao longo dos anos. É recorrente em boa parte dos alunos o impulso de atribuir às elites econômicas a responsabilidade sobre a acumulação entravada. Algo que ocorreria como se um grupo de indivíduos se reunisse para articular formas de reimpor o atraso brasileiro.

Tal erro de interpretação da acumulação entravada é decorrente tanto de um mau entendimento do sentido da reprodução social quanto das formas de atuação do Estado. Dentre as dificuldades encontradas ao se debater a ação do Estado na reprodução social, a primeira é de ordem semântica. Quando se opta por colocar o

Estado como sujeito *passivo* da oração, afirmando-se que ele “é conduzido”, “é guiado”, ou “é aparelhado” de forma a atender a esse ou aquele interesse, passa-se a ideia de que um grupo de pessoas o domina, e o utiliza da forma que julga mais apropriada em seu benefício (sendo essa a noção consagrada na maioria das abordagens marxistas). Quando se opta por colocar o estado como sujeito *ativo*, apontando-o como instância que “reproduz”, “opera”, “impõe”, imbuí-se o Estado de uma intencionalidade e pessoalidade que ele não tem.

Durante as discussões em aula, recorde-me de uma intervenção que ajudou a lançar luz sobre o assunto. Deák classifica o Estado como uma infraestrutura, e isso me levou a imaginá-lo como uma máquina. Nessa qualidade o Estado reproduz apenas aquilo que ele é montado e preparado para fazer, independente da intencionalidade de quem o opere. Sendo assim, a margem de manobra do operador da máquina se dá dentro dos limites do que esse determinado aparelho é capaz de fazer.

No caso específico do Estado brasileiro, ele se caracteriza como uma máquina montada de tal maneira que as forças produtivas se desenvolvam, mas dentro de determinados limites – ou seja: uma acumulação entravada. Tentar acumular de forma desimpedida no Brasil seria o mesmo que tentar fazer suco de laranja em uma cafeteira. É algo que não ocorrerá, independente da vontade do operador da máquina (governantes), ou da intencionalidade atribuída à máquina, já que ela, na qualidade de simples objeto, não faz o deixa de fazer algo por vontade própria, mas simplesmente por estar ou não apta a fazê-lo.

Desta imagem, deriva a ideia de mais difícil aceitação sobre o Brasil: a de que o desenvolvimento econômico do país depende de uma desmontagem completa da máquina, com uma posterior remontagem e rearranjo inteiramente diferente das peças – ou seja, de uma Revolução. Esse tipo de posicionamento não é tomado sem que sejam contrariados os anseios de vários dos alunos da disciplina AUP 840, que nela se matriculam desejando aperfeiçoar seu olhar crítico, e produzir transformações significativas na sociedade mediante sua atuação profissional. É nesse ponto em que a prepotência do arquiteto mencionada na primeira parte do texto se depara com a realidade brasileira.

Em tempo, vale dizer que a tomada de postura crítica não é colocada por Deák como um primeiro passo para a transformação social, mas tão somente para o entendimento do processo em que tomamos parte. É a partir dela que, diante de um conflito, podemos compreender o que determinado conjunto de forças representa, assumindo conscientemente uma posição. Com isso, não se deve esperar que a opção feita pelo sujeito crítico seja determinante de qualquer instância, que não aquela contida em seu próprio pensamento. Parafraseando Millôr: o livre pensar é só, e tão somente, pensar.

Provocações e sugestões para a continuidade dos debates

Nessa seção, algumas linhas são dedicadas a algumas questões que, periodicamente, retornam à pauta de discussões nas aulas e debates com o Professor Deák. Trata-se de temas que, sob meu ponto de vista, ainda merecem atenção e aprofundamento. O primeiro deles se refere ao imperativo da *reprodução social*.

Lembro-me, em particular, de um debate envolvendo a Professora Klara Kaiser, no qual ela provocava: *“Ainda temos muito que discutir sobre a reprodução. Às vezes fica a sensação de que para o Csaba existe o estado aqui, o mercado acolá, e que o que acontece entre um e o outro não passa de um ‘auê’”*. Como já indiquei na seção anterior, o incômodo expresso pela professora Klara é compartilhado por muitos dos alunos da AUP 840 (incluo-me entre eles). É inevitável, ao refletir que – dado o andamento das forças produtivas e a força do Estado para realizar a reprodução – a dimensão política da sociedade fica reduzida aos (poucos) espaços de manobra deixados pela reprodução.

Ao longo dos debates, sempre tentamos buscar exemplos históricos nos quais o Estado sucumbiu diante de sua incapacidade de reproduzir. Dentre eles, sempre chamou a atenção da Revolução Cultural chinesa. Ao contrário da Revolução Russa – que emergiu graças ao anacronismo do czarismo e a debilidade das instituições, aprofundada pela Grande Guerra – os chineses liderados por Mao Zedong superaram um aparelho estatal relativamente estruturado, e instituíram um novo princípio de organização social.

O improvável “raio em dia de céu aberto”, produzido pelo Exército Vermelho, surgiu-nos como objeto de investigação, na medida em que desejávamos especular as condições necessárias à superação da acumulação entravada no Brasil – dado o alto grau de sucesso do Estado brasileiro, na reprodução de sua precariedade. De um lado, tínhamos a hipótese, lançada pelo próprio Deák, quando da divulgação do chamado *Plano Collor*, em 1990: a de uma revolução burguesa feita de cima para baixo. Com a negação da hipótese – dado o fracasso do referido Plano – restou-nos a observação das sucessivas e inexoráveis reimposições dos entraves econômicos. A tal revolução vinda de cima mostrou-se inviável, sobretudo, pela precarização dos instrumentos de planejamento em larga escala, sacramentada pela *Constituição de 1988*.

Ficou, nesse ponto de nosso debate, dificultada a definição de qualquer alternativa para o desenvolvimento do Estado brasileiro que não passe por uma revolução vinda de baixo. Esta dependeria, em grande parte, de uma fragilidade total do nosso aparelho estatal – ou seja: o colapso do Estado mediante a um aprofundamento agudo da crise de acumulação entravada.

Quando escreveu “Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80”, ao final da década de 1980, Deák parecia acreditar que havíamos chegado a esse ponto. O

enorme êxito com que a sociedade de elite brasileira se reproduziu nesses últimos 25 anos, desde então, demonstra que algumas reflexões ainda podem/devem ser feitas.

Particularmente, fortaleceu-se em mim, ao longo dos últimos anos, a inviabilidade de superarmos a acumulação entravada mediante mera reforma. O provérbio – de natureza tão brasileira – que sugere a quem não tiver um cão, caçar com um gato demonstra a nossa inclinação para as meias-medidas. Ocorre que, para o Brasil, parece não haver alternativa que não passe pela incorporação do provérbio húngaro: “de um cão não se faz tocinho”.

L.B.

São Paulo, dezembro de 2013

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, Michel. (1976). *Une théorie de La regulation du capitalisme*. Paris: Maspéro.
- ALTHUSSER, Louis. (1970). *Sobre a Reprodução*. São Paulo: Vozes. 2008.
- ALTHUSSER, Louis. (1971). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- DEÁK, Csaba. (1989). O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 28.
- DEÁK, Csaba. (2011). *À busca das categorias da produção do espaço*. Versão provisória da Tese de LD (2001) em preparação a sua publicação em livro; que viria a ocorrer em (2016), sob o título *Em busca das categorias da produção do espaço*. São Paulo: Annablume.
- FURTADO, Celso. (2013). *Essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- MARX, Karl. (1859). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.